



REGIME FISCAL P

A Conferência sobre 'A Política Fiscal' chega à conclusão que no molde actual, a dívida da Madeira é impagável e insuportável. Todos os intervenientes concordam que como está, pior vai ficar



'Casa cheia' no Pestana Casino Park Hotel para ouvir e debater a Fiscalidade. FOTOS HELDER SANTOS/ASPRESS

FRANCISCO JOSÉ CARDOSO
fcardoso@dnoticias.pt

A Madeira precisa, urgentemente, de encontrar novas formas de gerar receita. A opção que tem gerado maior consenso nos últimos tempos é a criação de um regime fiscal próprio. No entanto, por decisões políticas, a pretensão que poderia ser realidade já no início da próxima

Legislatura terá que ficar à espera das próximas eleições legislativas nacionais, lá para o final de 2015. Ontem foi dia de debate sobre "A Política Fiscal na Região", numa conferência a que Miguel Albuquerque faltou e que juntou vários intervenientes no Pestana Casino Park Hotel e cujo tema, complexo e gerador de interesse público, levou a que a casa estivesse cheia.

Além dos conferencistas, praticamente unânimes na necessidade de um regime fiscal próprio, também no debate destacou-se Paulo Fontes, ex-secretário regional do Plano e Finanças, que confessou que no seu tempo já se fazia o 'empolamento' das receitas para fazerem face às despesas. Uma afirmação que justifica como a Região chegou a este ponto de endividamento.

www.dnoticias.pt
LEIA NO SITE DO DIÁRIO, EM
'ACTUALIDADE' E 'ECONOMIA' AS
PRINCIPAIS INTERVENÇÕES

"Temos de fazer um grande esforço legislativo e político"



GIL CANHA
PND/MADEIRA

A Madeira vive, neste momento, um dos períodos mais negros da sua história, quiçá mais grave do que as que ocorreram após as duas grandes guerras. E só não é pior porque a instabilidade no norte de África e de países do médio oriente tem desviado turistas para cá. Depois do regabofe da governação jardinista, a dívida da Madeira é impagável. Temos de fazer um grande esforço legislativo e político para criar condições económicas para a pagar. Enveredar por uma econo-

mia sustentável para preservar a nossa pesca, os nossos recursos, a nossa paisagens e regenerar a nossa economia. Se querem que paguemos a dívida que o regime jardinista criou, têm de desbloquear os entraves como a renegociação do novo regime fiscal, mas também é importante que a SDM aposte ainda mais na promoção. É imoral, injusto e mau exemplo que dirigentes políticos passem para cargos de topo na apetecida carreira fiscal pela porta do cavalo."

CDS contra o sit



JOSÉ MANUEL RODRIGUES
CDS-PP/MADEIRA

Autonomia financeira só com políticas de longo prazo



EDGAR SILVA
CDU/MADEIRA

Temos autonomia orçamental, mas não temos autonomia financeira. A Região nunca dispôs, muito menos agora, receitas suficientes para assegurar as despesas. Não existirão, no plano financeiro, condições que assegurem esta autonomia financeira, que só poderá ser alcançada a longo prazo com uma política económica. Tudo o resto é retórica. Continuaremos com o progra-

ma de agressão ao povo, dependendo do Estado para as transferências. É preciso libertar a Região e a sua população desamarrada da especulação e dos agiotes. Também defendemos a rejeição imediata do PAEF e a renegociação da dívida, que garantirá o seu pagamento. É possível à Região reduzir impostos para quem menos tem através da aplicação a quem mais tem."

"Temos de volta Estatuto-Político"



JOÃO RAMOS
PSD-MADEIRA

Economia



PRÓPRIO É UNÂNIME

Renegociar a dívida para alargar os prazos de pagamento



VICTOR FREITAS
COLIGAÇÃO MUDANÇA

O nosso calcanhar de Aquiles é a dívida regional. Penso que poucos nesta sala saberão disso. Em 2016, vamos começar a pagar o empréstimo de 1.500 milhões de euros, o que significa que a factura a pagar será muito maior ao que temos pago, sendo que uma fatia de 133 milhões será só para pagar este emprés-

timo. Mesmo tendo conseguido diminuir para 200 milhões, significa que teremos despesa de 333 milhões mais as parcerias público-privadas, estaremos à sombra de 500 milhões de euros de despesa. A 'Mudança' pretende renegociar as ppp, por forma a poupar 160 milhões de euros. Mesmo assim, não conseguimos pagar a dívida nos prazos e valores previstos, pois com a banca estende-se por 15 anos e com o Estado é será por 25 anos, sendo que a única solução é renegociar a dívida a pagar em 30 ou 40 anos e não nos prazos actuais. Há condições para se chegar a um consenso regional nesta matéria, sendo que as dificuldades passam por ultrapassar a desconfiança nacional em relação à Madeira e de uma lógica centralista do Estado."



ANDRÉ BARRETO
ORDEM DOS ECONOMISTAS

"O País e a Região exigem estabilidade fiscal"

"Tenho alguma dificuldade em falar de estabilidade fiscal, porque em Portugal é uma actividade mais ligada à ficção científica e à actividade paranormal. Abdicamos de umas receitas de uma praça financeira, uma decisão que no mínimo merecia ser explicada. Entramos, aparentemente, na fase descendente da carga fis-

cal, mas não se mexeu na sobretaxa de IRS e no IVA na Restauração, apesar de todos os pedidos feitos nesse sentido. Quem no seu perfeito juízo, perante este cenário, investe em Portugal? É importante a estabilidade fiscal. Crie-se o entendimento entre os partidos. O País e a Região exigem estabilidade fiscal."

Precisamos de união política para um sistema fiscal próprio



MIGUEL DE SOUSA

A Madeira não tem este ano receitas próprias para um terço das suas despesas e em 2016 faltará

dinheiro para cobrir metade do orçamento. A Madeira só terá dinheiro para comportar metade dos compromissos de dois mil milhões de euros em 2016. Se não se verificar a receita de 1.600 milhões de euros em 2015, será impossível conseguir realizar algumas das despesas necessárias, como o pagamento de salários, a manutenção de equipamentos e suportar as despesas de saúde e educação. Tenho raiva de me lembrar das palavras do actual primeiro-ministro que disse que se exigia à Madeira um superavit orça-

mental. Nem Portugal sonha com isso, nem os Açores, e a Madeira teria que ser rentável? É impossível pagar a dívida e ainda ter um superavit. Não é preciso ser do Syriza para repudiar tão abusivo descaramento. Se Portugal tem três territórios diferentes, então precisamos três políticas fiscais para três economias diferentes. Só existe uma solução responsável que não sufoca gerações futuras e permita o desenvolvimento. Os madeirenses têm vergonha de serem os portugueses que mais pagam impostos."

Situacionismo centralista lisboeta

Não sei se será sido boa ideia colocar políticos a falar de impostos em vésperas de eleições. Mas, tem sido tanta a fadiga tributária, que só poderão manter ou descer. Vivemos um pesadelo tributário causado pela dívida excessiva que se acumulou nas últimas duas décadas e que levou à assinatura do PAEF e por seu turno a um brutal aumento de impostos. Os madeirenses são os portugueses que têm menos rendimentos, mas pagam mais impostos. Para agravar esta situação, ao fim de

dois anos, nas costas do parlamento e dos madeirenses, o governo pede o prolongamento da austeridade por mais um ano, ficando assim impossibilitado o futuro governo de alterar os impostos que nos coloca em situação de desigualdade para com os açorianos. O CDS é contra o situacionismo centralista lisboeta. O PAEF não está a cumprir os seus objectivos, porque não há consolidação orçamental e agrava os desequilíbrios económicos."

O sistema fiscal pode e deve ser flexibilizado



JOÃO MACHADO
DIRECTOR REGIONAL DOS ASSUNTOS FISCAIS

Qual o papel que o tecido empresarial pode ter na economia fiscal? Sendo os mais honestos possíveis. A política fiscal não é meramente a subida ou a descida de taxas, mas sim tem a ver com toda uma conjuntura que contribui para a competitividade de uma economia no plano fiscal. O futuro deverá passar por termos maior estabilidade e simplificação legislativa, maior segurança do sistema, apostar na desburocratização, a sistematização e o ordenamento fiscal, a concretização da via negocial entre a Administração Fiscal e os contribuintes, em que os governos têm que poder ter

marginem de negociação e não ser tão recto nas decisões, garantir um acesso célere, transparente e facilitado por parte dos contribuintes à Administração Fiscal, a Justiça tem de ser célere, eficiente e eficaz, existir uma grande aposta na simplificação do sistema de benefícios fiscais, maior agilização da regularização tributária, com flexibilização dos planos de pagamento e contratualização dos tempos e prazos, e a informação clara e disponível, sem esquecer o ponto fulcral de tudo isto, que é o combate à fraude e à evasão fiscal e, ainda, o desagravamento da carga fiscal."

Para implementar na íntegra o Administrativo"

Com o fim do PAEF à vista e com o fim das grandes infra-estruturas, temos de voltar a aplicar na íntegra o Estatuto-Político, com a implementação de um sistema fiscal próprio. Actualmente temos um sistema fiscal complicadíssimo, burocrático e com muitos alçapões. Precisamos de um sistema fiscal mais simples, competitivo e gerador de emprego. A Madeira vai negociar com Lisboa um sistema fiscal único, com

maiores garantias de autonomia fiscal distinto do de Portugal. No actual contexto económico, a atracção de iniciativas empresariais e de respectivos investimentos assume importância fulcral no desenvolvimento económico e social. Podemos tornar a Madeira a 'Florida da Europa', como zona de captação de segundas residências de reformados, bem como da captação de grandes fortunas."



ANTÓNIO DOMINGUES DE AZEVEDO
BASTONÁRIO DA OTOC

"O Estado somos nós"

O nosso objectivo foi ouvir dos políticos qual a visão que têm do sistema fiscal, do seu funcionamento, a exemplo do que fazemos no continente há oito anos e pretendemos continuar. Não se trata de um compromisso, nem de uma tentativa de interferência da OTOC na questão política, mas sim saber o que pensamos os cidadãos de uma matéria, os impos-

tos, que tanto influenciam a vida das pessoas. Na Ditadura é que não se questionava para quê se cobravam impostos e para onde iam, porque o Estado somos nós. São os nossos impostos que permitem ao Estado cumprir a sua missão. Por isso, temos a consciência cada vez mais forte da nossa responsabilidade e pretendemos cidadãos esclarecidos."



TODOS POR UM REGIME FISCAL PRÓPRIO

Conferência da OTOC, promovida pelo DIÁRIO, mostra que a Madeira precisa de alternativas fiscais P. 16 E 17

